

Dossiê: POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Apresentação

Úrsula Adelaide de Lélis¹

Universidade Estadual de Montes Claros

Completam-se 20 anos da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, ocorrida em Luziânia, em julho de 1998, momento histórico e determinante para os povos do Campo, que dentre os seus vários desdobramentos originou a “Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo”, a criação do Programa Nacional pela Educação na Reforma Agrária (Pronea) e estabeleceu a expressão Educação do Campo como uma “[...] *categoria de análise* da situação ou de práticas e políticas de educação de trabalhadores do campo” (CALDART, 2010, p. 257, grifos da autora).

Dessa Conferência, originaram-se marcos teóricos e legislativos para o movimento de luta por uma educação comprometida com os povos do campo, tanto no que tange à efetivação de direitos, como à ampliação de possibilidades de novas pautas de lutas tendo em vista as conquistas de outros direitos, além da educação, como o respeito à diversidade cultural, o acesso à moradia, o acesso à água e a preservação de nascentes, a proteção ao meio ambiente, a prevenção e os cuidados com a saúde e a produção agroecológica.

Outras tantas mobilizações instituíram novos marcos, como também a constituição de fóruns permanentes, de comitês, a criação de programas e projetos, não sem os dissensos e contradições imanentes a tais lutas e, assim, foi-se desenhando o atual cenário da Educação do Campo, que sustenta hoje uma batalha contra a desescolarização e desterritorialização do campo, a formação estandardizada dos seus profissionais, a precariedade da infraestrutura física, material e pedagógica das suas escolas, o agronegócio, o mineronegócio, o hidronegócio. A atrocidade do capitalismo invade o campo, reconhecendo-o como profícuo espaço para se instaurar um projeto de revivificação do capital, nesse limiar do século XXI.

¹ Professora dos Departamentos de Educação e de Métodos e Técnicas Educacionais – Unimontes. Doutora em Educação – UFU. ursulalelis@gmail.com

Nesse sentido, comemorar os 20 anos da I Conferência significa reafirmar a luta por um projeto nacional de educação para os povos do Campo, realizado a partir da terra que abriga os seus pés, do território que celebra a sua ancestralidade, da cultura que o identifica e unifica, dos direitos já conquistados. Significa reafirmar que, apesar de vitórias, o caminho a ser percorrido ainda é longo e desafiante. Significa reafirmar que precisamos continuar de mangas arregaçadas e lápis na mão para continuar a girar a roda da História.

Este Dossiê faz parte dessa celebração ao apresentar temas e reflexões ainda necessários para a construção do projeto contextualizado para a Educação do Campo, com a colaboração de professores e pesquisadores de universidades públicas brasileiras. Dessa forma, provoca-se o debate, apresenta-se os desafios e aponta-se perspectivas para que nos próximos 20 anos tenhamos outros avanços a comemorar.

Ele está organizado com uma entrevista, uma resenha e oito artigos. A entrevista do Dossiê foi realizada com a Professora Dra. Clarice Aparecida dos Santos, professora da Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, ela exerceu a Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, de maio de 2007 a novembro de 2014. Ela nos recebeu durante o “Encontro 20 anos da Educação do Campo e do Pronera” – Fórum Nacional de Educação do Campo, ocorrido em Brasília, em junho deste ano. Destacando o protagonismo do Pronera para a afirmação e expansão da Educação do Campo, a Prof^a Clarice faz uma análise crítica e contundente dessas duas décadas da Educação do Campo, no Brasil.

No primeiro artigo “Educação do Campo e políticas educacionais: avanços, contradições e retrocessos”, Maria Socorro Silva (UFCEG) empreende um rigoroso esforço teórico e histórico, para a compreensão desta trajetória da Educação do Campo, no Brasil. Toma a luta de classes nos seus aspectos estruturais e conjunturais como elemento basilar pela disputa de políticas e programas para educar os sujeitos do campo, revestidos de significados e ações “[...] por uma escolarização básica e superior pública, gratuita, laica, de qualidade social e contextualizada no modo de vida, no trabalho e na cultura camponesa”.

Das primeiras iniciativas em torno de uma educação rural de modelo urbanocêntrico, sociocêntrico e etnocêntrico em função de projetos político-econômicos de fortalecimento do capital, e da adequação do povo camponês ao projeto desenvolvimentista brasileiro, por meio de políticas compensatórias, focalizadas e descontínuas, a autora chega à década de 1990, com

o Movimento pela Educação do Campo, sublinhando os avanços, dissensos e as contradições imanentes a tal processo.

Analisando as modulações em torno da escolarização da Educação do Campo – desde a luta pelo acesso e permanência dos sujeitos e das escolas nas comunidades até a constituição de uma “educação como direito e não como mercadoria” –, mesmo reconhecendo os avanços produzidos, e que “a Educação do Campo se afirma ao longo destes 20 anos como uma concepção e prática educativa da classe trabalhadora do campo, em sua diversidade de territórios e sujeitos”, a autora conclui como ainda são frágeis as suas políticas educacionais e aponta os desafios a serem enfrentados nos próximos anos.

Discutindo “Políticas públicas para a Educação do Campo: legislação, implementação e avaliação”, Zilmar Santos Cardoso (Unimontes) traz em seu texto elementos necessários à compreensão da História da Educação do Campo, imergindo na legislação brasileira – constituições e leis de diretrizes e bases da educação – como suporte para avaliação das políticas públicas educacionais no que tange à Educação Rural e, posteriormente, à Educação do Campo. Da invisibilidade da escolarização no campo, passando pela colonização até alcançar o patamar presente, a autora recorre ainda à teoria de criação de políticas públicas (AZEVEDO; SOUZA; ALMEIDA, 2007), para analisar as fases de constituição – agenda, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação – das políticas do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera, da Casa Familiar Rural - CFR, da Escola Família Agrícola – EFA e da Escola Ativa.

Como pautado, a consolidação da área, do tema e da representatividade política, social, cultural e educacional do termo Educação do Campo vem sendo forjada nas diversas ações desencadeadas ao longo desses 20 anos. As agendas deste Movimento materializam-se em políticas e programas de reconhecimento de um projeto encabeçado por universidades, professores, movimentos sociais, sindicatos rurais, mas, principalmente, pelo povo do campo. Estes são a pedra basilar de todo processo constituído e o eixo para se pensar e fazer o que ainda não foi estabelecido no atendimento às demandas educacionais e políticas dos sujeitos do campo.

No bojo de tais ações, a criação de cursos de licenciatura em Educação do Campo, bem como de bacharelados, vem firmando-se como uma das iniciativas mais significativas, pois, além de resgatar a dívida educacional com os povos do campo, ainda alicerça-se como mecanismo de empoderamento das formas de luta pelo acesso ao conhecimento científico.

Entretanto, a implementação, consolidação e manutenção de tais cursos ainda enfrenta uma série de tensões e desafios para que eles se organizem como movimentos contra-hegemônicos de rompimento com o modo de fazer Ciência pautado pelo modelo hegemônico tradicional das universidades brasileiras. Luiz Henrique Magnani Xavier de Lima, Carlos Henrique Silva de Castro e Luiz Otávio Costa Marques (UFVJM), no artigo “Da Política Pública de Educação do Campo à prática acadêmica para a formação de professores”, tratam dessa temática, a partir do relato da experiência de reformulação do curso de formação de professores da Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), na área de Linguagens e Códigos, desnudando o processo de reconstrução do seu projeto pedagógico. A busca pela formação que dialogue com uma educação que ser quer popular, contextualizada, que respeite a identidade e as diferenças, bem como o desenvolvimento da autonomia individual e coletiva, se efetiva em um processo eivado de dissensos e desafios à oposição de um curso construído, inicialmente, sob a base de um modelo genérico, abstrato e de linguagem única.

Suze da Silva Sales e Alessandro Rodrigues Pimenta (UFT), no artigo “Políticas Públicas para a Educação do Campo e formação de professores no Brasil”, trazem outros princípios que nos ajudam a pensar o percurso das políticas de formação de professores, em nível superior, para atuar nas escolas do campo. Os autores partem da ressignificação da Educação Rural – caracterizada pela “[...] ausência de políticas públicas e participação efetiva dos sujeitos do campo, estando atrelado ao clássico modelo do grande latifúndio e às aspirações do capital rural” – para a propositiva social e política da Educação do Campo, apontando os tensionamentos provocados no âmbito do Estado pelos movimentos sociais na luta pela educação como prática social. Passando pelo Programa “Escola da Terra”, “Projovem Campo – Saberes da Terra”, detêm-se com mais propriedade ao Procampo/Pronacampo, pela análise dos três editais SECADI/Procampo, para chamada de projetos para cursos superiores de formação de professores do campo, apresentando pareceres substantivos para se avançar na discussão desta formação.

Além da formação de professores para as escolas do campo, a inserção de pesquisadores no âmbito da vida campesina tem se colocado como uma das preocupações centrais aos que se debruçam a estudar a Educação do Campo, uma vez que a aproximação e a convivência dialógica com os povos do campo e com a sua cultura são essenciais para a realização de estudos que consigam apreender a cultura, as singularidades e as lutas desses povos em sua totalidade.

Preencher essa lacuna na formação de pesquisadores habilita-os a não apenas escrever sobre Educação do Campo, mas a pensá-la junto com os sujeitos que a produzem e nela se formam. Aproximar-se dos sujeitos do campo permite enxergar uma realidade muitas vezes transvestida nos marcos teóricos, legais e didáticos dessa Educação. Tal proposta foi assumida por Patrícia Ferreira dos Santos; Diego dos Santos Leon; Danilo Seithi Kato e Daniel Fernando Bovolenta Ovigli (UFTM), no artigo “Educação do Campo: o entrelaçar de saberes no ensino de Ciências e de Matemática”, que expõe uma proposta didática intercultural, a partir das vozes e vivências de sujeitos de um acampamento de reforma agrária.

Dessa experiência, relacionam os modos de viver e pensar a escola como suporte para a organização pedagógica e didática do ensino de Ciências e de Matemática, por meio do diálogo entre os saberes científicos e os saberes do campo. A partir daí os autores pensam uma educação conjuntamente com o povo do campo, a partir do seu lugar, apresentando como o conhecimento se constitui dialeticamente a partir temas pungentes como monocultura, latifúndio, agroecologia e minifúndio.

Destarte, é imprescindível destacar quem são os sujeitos dessas políticas públicas e os contextos do campo, nas suas singularidades e universalidade. Eles são referenciados na densa escritura de Maria Aparecida Afonso Oliveira e Ataliane Pereira dos Santos (UFMG), em “Políticas Públicas na Educação do Campo: campo, formação de educadores e marcos legais”, ao discutirem o projeto educativo e de campo necessário aos povos que têm esse território como seu *ethos vivendi*. Descolonizar o olhar, para que a escola coloque o processo educativo em diálogo com os sujeitos do campo perpassa pela formação de quem ocupa a ponta desse processo: o professor. E perscrutar um projeto educacional para as escolas do campo a partir de indagações sobre os marcos legais e a formação dos seus professores implica em discutir uma educação para a vida e não para o capital, uma educação que se realize na escola e na comunidade “[...] entremeada ao chão da vida, ligada aos processos da produção da existência social dos sujeitos camponeses com suas diferenças e especificidades”.

Numa outra vertente, Edmerson dos Santos Reis e Ádma Hermenegildo Rocha (UNEB), no artigo “Fechar escolas no campo: uma manifestação da vulnerabilidade do direito à Educação do Campo no Semiárido Brasileiro”, colocam a fragilidade das políticas públicas de educação para os povos do campo que põe em risco o próprio direito à educação. Para análise do processo de fechamento das escolas do campo, os autores trazem a realidade das escolas do campo no Semiárido Brasileiro, como prerrogativa para quebrar o imaginário pré-concebido

de pobreza e ausências que paira sobre o pensamento sulista do país e colabora para a aceitação e convivência com a desescolarização do campo.

Transpondo este imaginário piegas e hegemônico, os autores apresentam as faces, possibilidades e desafios de se manter no campo o direito à educação, entendendo o campo como um território “[...] de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção de condições da existência social e com as realizações da sociedade humana, trazendo assim a incorporação dos sujeitos coletivos do campo no processo de desenvolvimento humano e sustentável do próprio campo”. Destarte, o fechamento de escolas vem na contramão da garantia ao direito à educação para emancipação da população camponesa acarretando consequências para a educação formal e integral de crianças/jovens e adultos, cidadãos do Semiárido Brasileiro.

A afirmação do direito à Educação do Campo aos povos que produzem a sua vida neste território é também sublinhada por Magda Martins Macêdo e Edirlene Santos Pereira (Unimontes), no artigo “Escolas Multisseriadas do Campo: tempos, espaços e vivências”, pela tradução de experiências de sujeitos que nas suas escolas aprenderam, ensinaram e viveram na sua totalidade os desafios de fazer educação no campo. As autoras trazem as vozes e as vivências, o tempo e o espaço na história de escolarização desses sujeitos, como elementos que adensam a discussão sobre essas escolas.

Além de destacar as problemáticas que envolvem o modelo organizacional escolar multissérie, elas discutem programas e legislações pertinentes a essa Educação, com relevo para as questões que tocam no ensino multisseriado e no fechamento das escolas que o ofertam. Superando o paradigma da proposição urbanocêntrica da seriação, retratam como pensar a educação fundamentada “[...] nos convívios humanos que a diversidade proporciona. Ressaltamos que a diversidade – de sujeitos, de crenças, de saberes, de modos de lidar com a natureza – se constituem como a essência da cultura camponesa e cria na sala de aula um espaço rico de aprendizagem, convivência, solidariedade e respeito”.

Finalizando o Dossiê, Maria Aparecida Colares Mendes (IFNM) apresenta uma resenha literária do livro paradidático “Opará e Jequití: os Vales e seus Saberes”, gerado pelo trabalho coletivo da “Articulação por uma Educação do Campo no Semiárido Mineiro”. A obra destaca as belezas, as riquezas culturais e as singularidades dos grupos étnicos que vivem às margens dos Rios São Francisco e Jequitinhonha, focaliza os desafios e as demandas que esses povos têm enfrentado, “[...] no confronto entre a lógica economicista de desenvolvimento e a lógica da sustentabilidade e da agroecologia”. O olhar denso e poético da resenhista permite

ao leitor conhecer os matizes, as formas e o conteúdo desta obra distribuída em escolas do campo do semiárido de Minas Gerais.

Pelas letras, inspirações e compromisso deste Dossiê com a educação e os povos do campo e da reforma agrária, esperamos contribuir com as suas reflexões e com as lutas Por Uma Educação do Campo!